

Os contributos de Paul Ricoeur e de Adolphe Gesché para o problema do mal*

The contributions of Paul Ricoeur and Adolphe Gesché to the problem of evil

Ana Andreia E. R. S. Augusto**

Resumo

Pretendendo nós abordar os contributos que Paul Ricoeur e Adolphe Gesché deram para o problema do mal, iremos fazê-lo tendo em conta uma única obra de cada um dos autores: *O mal: um desafio à Filosofia e à Teologia* e *O mal*, respectivamente. Tendo em conta estas duas obras, iremos investigar o que cada autor propõe para o problema do mal, para, no fim, os compararmos. Nesta comparação, iremos salientar o que um autor deixa em aberto e o outro responde; o que um autor diz de uma forma e o outro, de outra forma; o que um autor diz que complementa o outro.

Palavras-chave: Paul Ricoeur. Adolphe Gesché. Mal.

Abstract

Intending to search Paul Ricoeur and Adolphe Gesché's contributions to the problem of evil, we will do so in the light of a single work by each of the authors: *Evil: a challenge to Philosophy and Theology* and *Evil*, respectively.

* Artigo recebido em 31/08/2017 e aprovado para publicação em 24/10/2017.

** Mestranda em Teologia na Universidade Católica Portuguesa.

Taking these two works into account, we will investigate what each author proposes to the problem of evil, in order to compare them in the end. In this comparison, we will point out what one author leaves open and the other responds; what an author says one way and the other, otherwise; what one author says complements the other.

Keywords: Paul Ricoeur. Adolphe Gesché. Evil.

Introdução

Que o mal é um facto, ninguém duvida. Com efeito, todos os seres humanos já experimentaram o mal, mesmo se não foi da mesma forma. Apesar disso, há males comuns a toda a raça humana, como, por exemplo, a doença, a morte e o sofrimento (causado pelo próprio, pelos outros e até aquele que ninguém percebe qual é a causa). O mal é um facto e está aí, no nosso mundo. Mas, afinal, o que é o mal? Porque existe o mal? De onde vem o mal? Porque é que os inocentes sofrem o mal injusto? Há quem, olhando para este último caso (o sofrimento dos inocentes), aponte o dedo a Deus, acusando-O do mal sofrido (por não evitar tal mal, já que é Onnipotente e Bondoso). Há também quem, olhando para este caso, questione mesmo a Onnipotência e a Bondade de Deus, por não ver nelas qualquer conciliação com a existência do mal, principalmente do mal injusto. Outros acusam Deus de ser o autor de todo o mal. Mas será que é mesmo Deus o autor de todo o mal? E será que Deus, devido à maldade existente, não pode ser Onnipotente e Bondoso?

É certo que o mal é um facto, mas também é um problema, na medida em que deve ser pensado. Mas será que o mal tem solução? Será que as perguntas que anteriormente fizemos têm resposta? Vejamos o que Paul Ricoeur e Adolphe Gesché, cada um e em conjunto, têm a dizer sobre estas questões. Para isso, iremos recorrer a uma única obra de cada um dos autores: RICOEUR, Paul – *O mal: um desafio à Filosofia e à Teologia*. Tradução de Maria da Piedade de Almeida. São Paulo: Papyrus, 1988 e GESCHÉ, Adolphe – *O mal*. Tradução de Euclides Balancin. São Paulo: Paulinas, 2003. Deus para pensar; 1. Tendo em conta estas duas obras, iremos investigar o que cada autor propõe para o problema do mal, para, no fim, os compararmos. Nesta comparação, iremos salientar o que um autor deixa em aberto e o outro responde; o que um autor diz de uma forma e o outro, de outra forma; o que um autor diz que complementa o outro. De notar que, em relação à obra de Gesché, só nos focaremos nos dois primeiros capítulos desta obra, por considerarmos que ambos são suficientes para atingir os objectivos propostos neste artigo. De facto, e conforme refere Gesché na obra em questão, «cada capítulo procura apresentar uma reflexão acabada em si. [...] Cada um lerá como achar

melhor, na ordem que quiser, tendo cada vez diante de si um “todo”» (GESCHÉ, 2003, p. 10).

1. O contributo de Paul Ricoeur para o problema do mal

O problema do mal é abordado por Ricoeur numa perspectiva histórica, distinguindo ele diversos níveis de discurso sobre o mal: Através dos símbolos, dos mitos e dos conceitos. Antes de entrar na perspectiva histórica, propriamente dita, Ricoeur procede a uma fenomenologia do mal, estudando dois tipos de mal: o mal moral – que é o mal cometido ou, em linguagem religiosa, o pecado – e o mal sofrido – que é o sofrimento (cf. RICOEUR, 1988, p. 23). Ricoeur, ao abordar a perspectiva histórica do problema do mal, vai ter sempre em conta estes dois tipos de mal (apontando os diversos autores que ora os relacionam, ora se esquecem de um deles, ora apontam outros tipos de mal), porque, conforme veremos, Ricoeur, sem romper com a perspectiva ética/moral do problema em questão, quer dar uma outra perspectiva: a dramática, a trágica. E para isso é necessário entender em que consiste o mal moral e em que consiste o mal sofrido, relacionando-os. Assim sendo, Ricoeur vai investigar não só o que há de comum entre eles, como também o que há de distinto, não deixando de frisar que, embora ambos constituam dois tipos de mal, ambos fazem parte de «um único mistério de iniquidade» (RICOEUR, 1988, p. 25).

Debruçando-se sobre o mal moral, Ricoeur define-o como sendo aquilo que torna a acção humana objecto de imputação (consigna a um sujeito uma acção que é susceptível de apreciação moral), de acusação (a acção é uma violação ao código ético vigente) e de repreensão (declaração de que o sujeito é culpado e merece ser punido), interferindo com o mal sofrido (cf. RICOEUR, 1988, p. 23) visto que quem é punido, sofre. Daí que Paul Ricoeur afirme que «se a falta (o erro) faz o homem culpado, o sofrimento o faz vítima: o que reclama a lamentação» (RICOEUR, 1988, p. 24). Mas também há o mal sofrido de forma injusta e que, a maior parte das vezes, é consequência do mal cometido por outro (mal moral). De facto, afirma Paul Ricoeur:

Uma causa principal de sofrimento é a violência exercida sobre o homem pelo homem: em verdade, fazer mal é sempre, de modo direto ou indireto, prejudicar outrem, logo, é fazê-lo sofrer; na sua estrutura racional – dialógica – o mal cometido por um encontra sua réplica no mal sofrido por outro; é neste ponto de intersecção maior que o grito de lamentação é mais agudo, quando o homem se sente vítima da maldade do homem (RICOEUR, 1988, p. 24-25).

Mas será que todo o mal sofrido provém de mal cometido (mal moral)? O que dizer das calamidades (desastres naturais), doenças, aflições (causadas, por exemplo, pela morte alheia ou pela perspectiva de morte própria) que o ser humano passa e que, aparentemente, não há qualquer mal cometido. Ou será que é consequência de «uma falta pessoal ou colectiva conhecida ou desconhecida» (RICOEUR, 1988, p. 25)? Como a fenomenologia do mal não consegue responder a esta pergunta, nem ir mais longe, Ricoeur recorre à hermenêutica dos símbolos e dos mitos (cf. RICOEUR, 1988, p. 25). A partir daqui seremos conduzidos através da história, por Ricoeur, de forma a percebermos o que o homem descobriu, em termos especulativos, sobre o mal.

O discurso mítico, tentando explicar a origem do mal – e, como tal, tentando responder à pergunta “De onde vem o mal?” – fá-lo em termos cósmicos, dizendo como o mundo começou e de que forma a condição humana (globalmente miserável) foi gerada, recolhendo o lado demoníaco da experiência do mal. Contudo, nada afirmou sobre a condição humana individual – e, como tal, não respondeu às perguntas “porquê eu?” e “porquê este inocente?” (cf. RICOEUR, 1988, p. 25.27-28).

Em termos conceptuais, Ricoeur aponta o discurso da sabedoria, da gnose e da gnose antignostica, da teodiceia, e o da dialéctica “quebrada”.

Em relação ao primeiro discurso – o da sabedoria – Ricoeur afirma que este vai tentar explicar de onde vem o mal (nomeadamente o individual e o aparentemente imerecido) através da chamada Teoria da Retribuição: Tudo o que se faz de bem ou mal aqui na terra, tem-se já a boa ou má retribuição aqui na terra, respectivamente. Assim sendo, «todo o sofrimento é merecido porque há a punição de um pecado individual ou colectivo, conhecido ou desconhecido» (RICOEUR, 1988, p. 29). Por outras palavras, o mal sofrido é sempre consequência de um mal moral. Este discurso chegou a ser, posteriormente, contestado, quando se começou a observar que a repartição dos males seguia uma ordem arbitrária, indiscriminada e até desproporcional. O Livro de Job mostra isso mesmo. De facto, Job, sem ter cometido pecado algum, sofre, havendo, assim, discordância entre o mal moral (cometido) e o mal sofrido imerecido. O mal continua a ser um enigma a ser decifrado (cf. RICOEUR, 1988, p. 29-30).

O discurso da gnose, que considerava a existência de duas forças opostas – a do bem e a do mal – tentou explicar “de onde vem o mal” a partir da ideia de que «as figuras do mal são envolvidas num princípio do mal» (RICOEUR, 1988, p. 31). Por outras palavras, a gnose dá ao mal o estatuto de substância, de divindade, retirando a responsabilidade que o homem possa ter nele e dando-a a uma divindade.

O discurso da gnose antignostica (onde se destaca Agostinho) vai afirmar precisamente o contrário: «O mal não pode ser entendido como substância» (RICOEUR, 1988, p. 32). E daqui vai decorrer a sua visão exclusivamente moral do problema do mal. De facto, para estes autores (nomeadamente para Agostinho), o mal entra no mundo através do ser

humano, através da sua liberdade (da sua livre escolha), mas não só de forma meramente individual, mas também global e histórica. Centrado na acção, na vontade e no livre arbítrio do homem, o discurso antignóstico (nomeadamente de Agostinho), vai deixar de se interessar pela pergunta “de onde vem o mal?” para se debruçar na pergunta “porque fazemos o mal?”, chegando à seguinte conclusão: Por um lado, a deficiência que existe na criatura (em relação ao Criador), em conjunto com a sua livre escolha, permite que cada criatura se afaste do bem (Deus) e se aproxime do mal (do nada), levando à conclusão que «não existe alma injustamente precipitada na infelicidade» (RICOEUR, 1988, p. 33); Por outro lado, o pecado (mais concretamente, a má vontade) introduziu um nada (um mal), de um género distinto, que atingiu uma dimensão supra-individual, histórica e genérica, ao qual se lhe dá o nome de “pecado original” ou “pecado de natureza” (cf. RICOEUR, 1988, p. 32-33), levando à conclusão «de uma inculpação em massa do género humano» (RICOEUR, 1988, p. 34). Afirma Ricoeur que a doutrina do pecado original se apresenta mal formulada, pois além de ser quase gnóstica, também usa duas noções heterogêneas: a biológica – pela transmissão por via de geração – e a jurídica – por imputação individual de culpabilidade (cf. RICOEUR, 1988, p. 34). Contudo, e conforme afirma Ricoeur, esta doutrina mostra um aspecto fundamental da experiência do mal:

A experiência ao mesmo tempo individual e comunitária da impotência do homem perante a potência demoníaca de um mal “já lá”, antes de toda e qualquer iniciativa má assinalável a qualquer intenção deliberada» (RICOEUR, 1988, p. 33).

Mas, mais uma vez, o protesto do sofrimento injusto fica sem resposta.

O discurso da teodiceia (onde se destaca Leibniz) tenta responder ao problema do mal, tentando conciliar três proposições: Deus é todo-poderoso; Deus é absolutamente bom; O mal existe. O discurso da teodiceia pretende provar, de forma racional, que Deus não é responsável pelo mal. Para tal, usa os princípios da não-contradição e da totalidade sistemática. Leibniz vai utilizar ainda outro princípio: o da razão suficiente (sendo este enunciado como “o princípio do melhor”). Leibniz, usando este princípio, afirma que Deus criou o melhor dos mundos possíveis e que o mal concorre com o bem para a harmonia do conjunto. Mas esta ideia da compensação do mal pelo bem é arruinada pela queixa do justo sofredor. Este discurso também não responde ao problema do sofrimento injusto, do mal sofrido imerecidamente (cf. RICOEUR, 1988, p. 34-36).

Entrando nas especulações posteriores, Ricoeur aponta, sobretudo, Kant e Hegel.

Kant critica Agostinho e Leibniz, afirmando que, nos limites da razão pura, não há resposta possível para a origem do mal (para a pergunta “de onde vem o mal?”), nem para a tendência que o homem tem para agir mal. Kant afirma que a resposta deve ser encontrada no plano prático, sendo mais importante saber “o que devemos fazer?”. Por isso, Kant apresenta uma visão ética do mal, tal como Agostinho fizera (cf. RICOEUR, 1988, p. 37). Contudo, há duas diferenças em Kant relativamente a Agostinho: Por um lado, «o sofrimento deixa de estar ligado à esfera da moralidade, entendido como punição» (RICOEUR, 1988, p. 37) e, por outro lado, «a problemática do *mal radical* [...] rompe francamente com a do pecado original, em detrimento de algumas semelhanças» (RICOEUR, 1988, p. 38). Para Kant, é insondável a razão de ser deste “mal radical”, que é «a máxima suprema que serve de fundamento subjectivo último a todas as máximas más do nosso livre-arbítrio [...] [e que] fundamenta a *propensão* [...] ao mal em todo o gênero humano» (RICOEUR, 1988, p. 38). Forçosamente há o devido distanciamento entre *pensar* e *conhecer* “de onde vem o mal?”, “porque existe o mal?”, “porque fazemos o mal?”, etc.

Em relação a Hegel, afirma Ricoeur que este é «notável [...] pelo papel que nele desempenha o pensamento dialéctico» (RICOEUR, 1988, p. 39). Em Hegel, a negatividade (o mal) constrange cada figura do Espírito a gerar uma nova figura, que, ao mesmo tempo, suprime e conserva a precedente. Por outras palavras, alguma coisa tem de morrer para que nasça alguma coisa maior e melhor. Daí que, para Hegel, apesar da infelicidade estar em todo o lugar, também em todo o lugar ela é ultrapassada, através da reconciliação que a dilacera. No entanto, para Hegel, a história não é o lugar da felicidade. Mas esta ideia da reconciliação também é arruinada pela queixa do justo sofredor (cf. RICOEUR, 1988, p. 39. 42). E, mais uma vez, o protesto do sofrimento injusto fica sem resposta.

O discurso da dialéctica “quebrada” tem como autor Karl Barth. Por um lado, é “quebrada” porque, para Karl Barth, só uma teologia que renuncia à totalização sistemática pode pensar o mal e também porque no mal existe uma realidade (chamada de “nada”) que é inconciliável com a bondade de Deus e com a bondade da criação. Este “nada” distingue-se do lado negativo da experiência humana, sendo um “nada” que é hostil a Deus (cf. RICOEUR, 1988, p. 43); um “nada” «não somente de deficiência e privação, mas de corrupção e de destruição» (RICOEUR, 1988, p. 43). Este “nada” não existe, mas ameaça, a todo o tempo, a existência. Então, é como se ele tivesse poder. Por outro lado, é “dialéctica” porque ainda não há uma plenitude, uma solução total. Há uma vitória, mas não de toda a realidade. De facto, Cristo venceu o “nada”, aniquilando-se a si mesmo, na cruz. Deus, em Cristo, combateu o mal (o nada) e derrotou-o, pelo que o mal (o nada) não pode mais nos aniquilar. Contudo, a plenitude desta vitória ainda não a vimos, porque ainda estamos no tempo. E da mesma maneira que Deus combateu o mal (o nada), também nós, seres humanos, devemos combater o mal (o nada). Desta forma, Karl Barth segue a linha de Kant, no que concerne ao carácter insondável do mal (entendido como mal radical) e

inicia uma resposta, diferente da teoria da retribuição, em relação ao sofrimento humano injusto: ele não está incluído no ciclo do mal moral. Segundo Ricoeur, Karl Barth contribuiu para que se começasse a pensar de maneira diferente das teodiceias clássicas, em relação ao problema do mal (cf. RICOEUR, 1988, p. 43-46). De facto, ao longo da história, o que predominou, no Ocidente, foi mais uma perspectiva ética do mal: o mal, não pertencendo ao ser, é responsabilidade do ser humano. Contudo, o mal ultrapassa-nos, pois ele já está aí. Por outras palavras, o mal que existe no mundo, ultrapassa o mal moral (como, por exemplo, uma catástrofe, uma doença, um sofrimento, uma morte).

Para Paul Ricoeur, toda a especulação feita até Hegel e Barth preocupou-se em *pensar* o mal, nomeadamente em saber “de onde vem o mal?”. *Pensar o mal* provocou a especulação sobre o mal. Daí que o mal seja um desafio. E apesar de, ao longo do tempo, as respostas se mostrarem fracassadas perante o problema do mal, há que notar no refinamento e enriquecimento que houve, ao longo do tempo, no pensamento e *no pensar o mal* (cf. RICOEUR, 1988, p. 47). Desta forma, pode-se concluir que o mal é uma «provocação para pensar sempre mais e de modo diferente» (RICOEUR, 1988, p. 47). Por isso não se deve deixar de *pensar o mal*. E isso é o que Ricoeur fez e continua a fazer, contribuindo também ele para que se pense mais e de modo diferente o mal, nomeadamente no seguinte: tendo o *pensamento especulativo* procurado responder à pergunta “de onde vem o mal?”, olhando para o passado, Ricoeur propõe que se olhe também para o futuro e que se tente responder à pergunta “que fazer contra o mal?”. Para Ricoeur, se o mal tem de ser pensado, também ele deve dar lugar a uma acção (em termos éticos e políticos). Se há uma origem a descobrir, pelo pensar, também há uma tarefa a realizar, pelo agir (cf. RICOEUR, 1988, p. 47-48). E uma vez que «todo o mal cometido por um ser humano [...] é um mal sofrido por outro[, onde] [...] fazer mal é fazer sofrer alguém» (RICOEUR, 1988, p. 48), então, segundo Ricoeur, uma forma de diminuir a taxa de sofrimento no mundo é diminuir a quantidade de violência exercida pelos homens, uns contra os outros. Para isso, é necessária uma acção ética ou política (cf. RICOEUR, 1988, p. 48). De facto, «retire[-se] o sofrimento infligido aos homens pelos homens e ver-se-á o que ficará de sofrimento no mundo» (RICOEUR, 1988, p. 48). Contudo, este *agir contra o mal* deve preceder o *pensar sobre o mal*, porque «esta resposta prática não permanece sem efeito no plano especulativo» (RICOEUR, 1988, p. 48). Basta pensar nas acusações que se fazem contra Deus. De facto, «antes de acusar Deus [...] atuemos ética e politicamente contra o mal» (RICOEUR, 1988, p. 48-49). Mas só agir e pensar não basta. É necessário também sentir ou, melhor dizendo, é necessário também transformar o sentimento, nomeadamente aquele que decorre do mal sofrido imerecidamente e que está fora da acção injusta dos homens (cf. RICOEUR, 1988, p. 49), como, por exemplo, «catástrofes naturais [...], doenças e epidemias [...], envelhecimento e morte. A questão, desde então, torna-se não mais “por quê?”, mas “por que eu?”»

(RICOEUR, 1988, p. 49). Por outras palavras, quando o sofrimento me atinge, a mim, o actuar não chega, porque o mal não é um problema ético. Neste caso, Ricoeur propõe o caminho de Job (do Livro de Job, da Sagrada Escritura): há que lamentar, há que queixar, há que perguntar “porquê eu?”, mas não permanecer só aí. Há que transformar essa lamentação e essa queixa em algo que vai alterar a forma como eu encaro o sofrimento injusto que estou a passar, tal como Job fez: Job sabia que sofria, sem ter cometido mal algum e sem ninguém ter cometido violência contra ele; Job chama Deus a juízo e quer que Deus responda porque razão ele está a sofrer; Deus aparece, mas não responde porquê, falando unicamente da criação; Job cala-se e ama Deus, por Deus (para o bem e para o mal) e não porque espera que Deus retribua o bem com o bem e o mal com o mal, até porque não funciona assim. Mas ao caminho de Job, Ricoeur junta o trabalho de luto, proposto por Freud em “Luto e melancolia”. Desta forma, Ricoeur propõe uma resposta emocional (que será acrescentada à resposta prática e especulativa), pela qual os sentimentos, que alimentam a lamentação e a queixa, são transformados pela sabedoria enriquecida pela meditação filosófica e teológica. Assim sendo, na proposta de Ricoeur, os sentimentos, em relação ao mal que se sente, são transformados à medida que eles passam por três fases: 1) A fase da lamentação, onde a pessoa lamenta, perguntando porque razão está a sofrer de forma injusta; 2) a fase da queixa, onde a pessoa transforma a lamentação em queixa contra Deus (que não é uma revolta, nem rebeldia contra Deus, mas um reconhecimento de que há algo que o ultrapassa e que permanece enigmático); 3) a fase da tranquilidade, onde a pessoa descobre que as razões que a levam a acreditar em Deus não tem nada a ver com o problema do mal e do sofrimento e, como tal, acredita em Deus, apesar do mal, apesar do sofrimento injusto, deixando de se queixar (cf. RICOEUR, 1988, p. 30-31. 49. 50-52). Adverte Ricoeur que esta proposta é «um dos caminhos possíveis, ao longo do qual o pensamento, a acção e o sentimento podem caminhar lado a lado» (RICOEUR, 1988, p. 50). Mas é unicamente uma proposta, entre outras que se podem propor, como, por exemplo, o caminho de renúncia à queixa, podendo este caminho tomar duas vertentes: 1) Aquela em que o sofrimento é valorizado, no sentido de ser educativo e purgativo, não podendo, contudo, ser ensinado (mas somente encontrado), por poder conduzir à autoacusação e à autodestruição; 2) aquela em que o sofrimento acaba por ser transformado em consolação, na medida em que, porque Deus também sofre, com o nosso sofrimento contribuiu-se para diminuir as dores de Deus, nomeadamente aquelas que Ele sofreu em Cristo, na Cruz (cf. RICOEUR, 1988, p. 52).

2. O contributo de Adolphe Gesché para o problema do mal

Para Adolphe Gesché, o mal não só é um escândalo (quer para o coração, como para a razão), como também é aquilo que mais nos revolta

neste mundo (cf. GESCHÉ, p. 6.9) e, talvez por isso, é o que desencadeia as «mais extremas perguntas» (GESCHÉ, p. 9). E já que se tratam de perguntas extremas, Gesché sugere que se estenda o problema até ao extremo, questionando-o até ao extremo, até ao fim (cf. GESCHÉ, p. 6). E será precisamente esse o caminho que Gesché tomará, usando Deus ou a ideia de Deus para «nos ajudar a pensar essa realidade perturbadora» (GESCHÉ, p. 9). Uma vez que há vários modos de usar Deus ou a ideia de Deus no problema do mal – nomeadamente, “contra Deus”, “a favor de Deus”, “em Deus”, “para Deus” e “com Deus” – Gesché analisará cada um desses discursos.

O primeiro discurso – o discurso “contra Deus” – é aquele que considera Deus «responsável direto ou indireto do mal, que não pôde ou não quis impedir, não existe ou não pode existir, a não ser que o consideremos como perverso ou inútil, o que acaba com sua idéia» (GESCHÉ, p. 14-15). Encontramos aqui a forma mais clássica do ateísmo. Segundo Gesché, este discurso é uma maneira (em jeito de grito) que o homem arranjou para se expressar perante o escândalo do mal, correndo o risco da blasfémia. Mas a blasfémia, que muitas vezes se pronuncia, é mais uma revolta contra o mal do que contra Deus. De facto, o ateísmo, ao recusar um Deus mau, faz crer que aceitaria, de bom grado, um Deus bom (cf. GESCHÉ, p. 14-16). Daqui se conclui que:

[O grito de um ateu não é] tanto um grito contra a existência ou a bondade de Deus, quanto um grito contra um mundo que parece tornar impossível sustentar que existe um Deus que, de outra maneira, talvez não fosse rejeitado. [...] O verdadeiro cerne da objecção [...] está mais na natureza de Deus do que na sua existência. Então o problema ganha toda uma outra dimensão. A questão [...] se torna ou volta a ser uma questão aberta: aí onde o homem reage porque sangra [...] a questão deve ser acolhida e pode ser retomada (GESCHÉ, p. 17).

E como a questão pode ser retomada, ela o será quer por Gesché, posteriormente, quer por nós, também posteriormente, neste artigo.

O segundo discurso – o discurso “a favor de Deus” – é aquele que toma a defesa de Deus, no problema do mal. Se o discurso anterior era o dos ateus, este é dos crentes e, por isso mesmo, o discurso também é denominado “discurso apologético” ou “teodiceia”. Este discurso é suscitado tanto pelo discurso “contra Deus”, como pelas próprias interrogações dos crentes, sendo os seus argumentos quer de ordem negativa (mostrando que Deus não é responsável nem directa, nem indirectamente pelo mal, havendo unicamente a possibilidade da sua permissão, decorrente da liberdade dada ao homem), quer de ordem positiva (de forma ética, com a

tese da prova e do castigo; de forma cosmológica, com a tese do melhor dos mundos possíveis, da harmonia do conjunto e da impossibilidade de coexistência de dois perfeitos – Deus e o mundo; de forma metafísica, com a tese de que o mal não é um ser, mas uma ausência de bem). Para Gesché, este discurso não só exclui Deus do problema do mal, como o faz de forma apressada, o que não é correcto. De facto, uma verdadeira concepção de Deus – de um Deus de salvação – preocupa-se com a questão do mal (cf. GESCHÉ, p. 17-18), pelo que o crente deve ter em conta como Deus é, «como ele responde e “reage” diante da objeção do mal [...]. [...] É melhor deixar Deus ser Deus e ouvi-lo» (GESCHÉ, p. 20). Mas não é só o próprio Deus que não é ouvido neste tipo de discurso, mas também o próprio homem que grita e que geme, porque o discurso da teodiceia impede Deus de ouvir o clamor do seu povo (cf. GESCHÉ, p. 20). A este propósito, afirma Gesché:

«O discurso sobre Deus e o mal não pode impedir o grito que o homem dirige a Deus, manifestando, aliás, maior confiança do que talvez demonstre aquele que quer muito depressa sufocar o clamor. O crente muito solícito acabaria contradizendo até sua própria fé. [...] Ao querer inocentá-lo [a Deus] de forma radical, não acabaria expulsando-o do problema, quando o fundamental é que ele aí esteja presente?» (GESCHÉ, p. 20).

Para Gesché, quer o primeiro discurso – “contra Deus” – quer este segundo discurso – “a favor de Deus” – excluem Deus do problema do mal. O primeiro, porque considera que Deus não existe. O segundo, porque considera que o problema do mal não diz respeito a Deus. Por outras palavras, os dois discursos, culpando ou desculpabilizando Deus, não se preocupam propriamente com o problema do mal, mas com Deus. Daqui resulta que, em ambos os discursos anteriores, a relação que se estabelece entre Deus e o mal está mal colocada, sendo necessário colocá-la de outra maneira (cf. GESCHÉ, p. 20-21). E essa outra maneira vai aparecer nos restantes discursos, sobre os quais nos debruçaremos já de seguida.

Tratando do discurso “em Deus”, Gesché afirma que há que colocar Deus na questão do mal ou, melhor dizendo, colocar a questão em Deus (cf. GESCHÉ, p. 21). De facto, há que «passar o problema para Deus, depositá-lo em Deus, *in Deo*» (GESCHÉ, p. 22), até porque o próprio Deus não pede para ser poupado (basta pensar no Cordeiro de Deus). Segundo Gesché, o Deus acusado (no primeiro discurso) ou defendido (no segundo discurso), perante o problema do mal, é, no fundo, o Deus dos filósofos (o “Deus em si” ou “por si”) e não o Deus dos crentes (o “Deus para nós”, “para o homem”) (cf. GESCHÉ, p. 21-23). Colocar a

questão do mal (ou outra qualquer questão) em Deus e ver o que acontece é «o gesto especificamente teológico que o filósofo desconhece» (GESCHÉ, p. 22). Afirma Gesché que quer Kant, quer Ricoeur reconheceram que, na questão do mal, a teologia vai mais longe do que a filosofia, porque a questão é teológica: há que colocar a questão em Deus, para tratar dela, de forma conveniente (cf. GESCHÉ, p. 22-24).

Tratando do discurso “para Deus”, Gesché afirma que, após se ter descoberto – através do discurso “em Deus” – que há que colocar a questão do mal em Deus, resta saber como o fazer. Olhando para Jacob (que lutou com Javé, tendo Este tomado a iniciativa de provocar o adversário), para Job (que discutiu com Deus, queixando-se) e para Jesus (que, do alto da Cruz, perguntou a Deus porque o abandonou), descobre-se o modo de o fazer: questionando Deus, invocando Deus, expressando a sua repugnância ou a sua aceitação. Por outras palavras, o crente deve dirigir-se “para Deus”, “a Deus”, para lhe falar, num diálogo “eu-Tu”. Os discursos filosóficos (contra e a favor de Deus) tratavam Deus por “Ele”, porque falavam sobre Ele e não com Ele (cf. GESCHÉ, p. 24-25). Enquanto no discurso “em Deus”, Gesché refere que Deus fez sua a nossa questão do mal, não pedindo para ser poupado, bastando pensar no Cordeiro de Deus, aqui, no discurso “para Deus”, onde o homem, ofendido pelo mal, se deve dirigir a Deus e questioná-l’O (fazendo-o, muitas vezes, até de forma violenta), Gesché refere o seguinte:

Nessa terrível questão do mal, Deus não será, de certo modo, [...] o *Ecce Homo* que aceita que primeiro sobre ele chovam os golpes? Indo mais longe. A figura do *Ecce Homo* não chega a ponto de sugerir que o homem, nessa necessidade, tem o direito de esbofetear o Deus inocente? Não o Deus culpado, mas inocente, e isso porque ele aí está para isso, *iustis por iniustis* (1Pd 3,18)? (GESCHÉ, p. 26-27).

De facto, Deus é suficientemente forte – aliás, o único forte – para suportar, de nós, esse primeiro gesto de raiva e de revolta, que devemos ter contra o mal. E essa lógica – adverte Gesché – poderia ter um enorme alcance no debate com os ateus, visto que se os crentes assumissem a contestação a Deus – tal como fazem os Salmos, gritando a Deus – eles não o deixariam apenas para os não-crentes. Na verdade, estes contestam a Deus, só que, avançando pelo caminho errado, negam Deus. Como suprimir Deus não explica melhor o sofrimento, nem afasta a dor, cabe aos crentes tomarem a posição certa em relação ao problema do mal, de forma a assegurar que ela não acabe numa negação de Deus (cf. GESCHÉ, p. 27-28).

Tratando do discurso “com Deus”, Gesché afirma que, após se ter descoberto que há que colocar a questão do mal em Deus (discurso “em Deus”) e questioná-l’O (discurso “para Deus” ou “a Deus”), falta saber a que é que tudo isto conduz. Ora bem, a partir do momento em que Deus foi requisitado e invocado, o homem não está mais sozinho nesta questão. Além disso, o próprio Deus coloca essa mesma questão, respondendo a ela (cf. GESCHÉ, p. 29). Afirma Gesché que «enquanto a teodicéia deixava Deus a distância e falava da permissão do mal, a Escritura nos mostra um Deus escandalizado por causa do mal e fala de luta» (GESCHÉ, p. 29). De facto, Deus mostra que está com o homem, nessa luta contra o mal, pelo que o homem não a trava sozinho, mas com Deus. O clamor do homem se une ao de Deus, não havendo espaço para a blasfémia e saindo ambos vencedores, tal como aconteceu com Jacob, Job e Jesus (cf. GESCHÉ, p. 30-31). Ora vejamos:

Deus dirá que Jó falou bem dele, ao contrário de seus amigos, peritos em teodicéia e mais aptos a encontrar uma explicação. Depois de ter reconhecido e admitido (admirado?) a resistência de Jacó, Deus o chamará com um nome que santificará a sua luta (Is-ra-el, “porque tu lutaste com Deus” – Gn 32,29). Depois do terrível grito na Cruz e da descida de seu Enviado aos Infernos, Deus vai se apresentar, na Ressurreição, como o temível adversário e vencedor (GESCHÉ, p. 31).

Deus une-se ao grito do homem ou, melhor dizendo, o homem une-se ao grito de Deus. De facto, tal como em todas as coisas, «é Deus que toma a iniciativa. Ou melhor, [...] em todas as coisas, Deus é aquele que é o primeiro interessado [...], primeiro atingido» (GESCHÉ, p. 31). Daí que o mal também seja uma questão de Deus e não só do homem e que Deus seja a resposta para o mal. O mal deixa de ser uma objecção contra Deus, porque é Deus que se torna objecção contra o mal (cf. GESCHÉ, p. 32).

Perante estas conclusões, Gesché afirma que todos os discursos de justificativas (permissão, castigo, harmonia do conjunto) não fazem mais do que acrescentar mais miséria. A verdadeira e única resposta a dar ao problema do mal é uma resposta de acção (de luta) e não uma resposta de tipo justificativo (cf. GESCHÉ, p. 32-33), porque o mal é «irracional e inadmissível» (GESCHÉ, p. 32). Contudo, esta única resposta possível perante o mal (a de luta contra ele) deve ser acompanhada de oração: pedir, a Deus, que Ele compartilhe da desgraça. De facto, Deus, entristecido diante do mal, toma partido das vítimas, tornando-se “vítima” com elas, colocando o seu poder nesse serviço e a esse serviço. Gesché mostra aqui a diferença entre este Deus, que carrega a dor de cada um que sofre, daquele Deus, que tolera (permite) o mal – o Deus dos teístas – e que

parece estar ao lado dos carrascos e dos assassinos (cf. GESCHÉ, p. 33-34). De facto, «o mal ofende a Deus antes de mais ninguém e se coloca como seu adversário» (GESCHÉ, p. 34). Contudo, não nos podemos esquecer da liberdade com que o ser humano foi criado e, desta forma, a teoria da permissão do mal não é falsa e tem o seu lugar, apenas precisando ser “burilada” (cf. GESCHÉ, p. 34-35).

Mas mais importante do que a pergunta “de onde vem o mal?” é a pergunta “de onde vem a salvação?” (aliada à pergunta “como se pode vencer o mal?”), a qual Gesché já deu a devida resposta: A salvação vem de Deus e pode-se vencer o mal “em Deus”, dirigindo-se “a (ou para) Deus” e “com Deus”. No entanto, ele aprofundará ambas as questões: a primeira, através da teologia narrativa e a segunda, através da teologia (prática) salvífica. A juntar a estas duas perguntas, virá uma outra – “Como se compõe a trama do mal?” – à qual Gesché responderá, sistematizando e estruturando o mal, através da teologia dogmática/sistemática (cf. GESCHÉ, p. 34.42-43).

Em relação à primeira pergunta – “de onde vem o mal?” – Gesché afirma que «o problema do surgimento do mal não foi resolvido» (GESCHÉ, p. 34) e nem ele sabe se algum dia será resolvido. Contudo, há que chamar o mal pelo seu verdadeiro nome, que é irracional (cf. GESCHÉ, p. 34.47), uma vez que o mal «é o injustificável em todos os sentidos do termo» (GESCHÉ, p. 41). Tendo em conta as grandes narrativas de origem, nomeadamente o Livro do Génesis, o mal surge como aquilo que não foi previsto, não tendo nada a ver com o desígnio projectado. De facto, na narrativa da criação do Livro do Génesis, o mal não foi criado, não pertencendo ao plano da criação. Contudo, o mal está aí. E está aí, após a criação, não vindo nem do lado de Deus, nem do lado do homem. É claro que o homem consente, mas o mal o precede, de forma enigmática e irracional. Mas o mal tem de vir de algum lado, mesmo se fora do plano. E vem: de um desconhecido, denominado “demónio” (ao qual o Livro do Génesis chama “serpente”), sendo ele o único responsável-culpado pelo aparecimento do mal na terra. Como o problema do mal não resulta de uma culpabilidade, em primeiro grau, por parte do homem (mas do “demónio-serpente”), isso permite que ele sinta forças e responsabilidade para combater o mal. De facto, muitas vezes (se não a maior parte das vezes) uma imediata e prematura culpabilização quebra ou enfraquece a vontade de lutar contra o mal (cf. GESCHÉ, p. 43-46). E aqui «já se anuncia a salvação, pois [...] o actante do drama, não sendo julgado *antes de tudo* culpado, mas vítima, se vê liberto de uma cumplicidade [...] da qual ele poderia se crer impossibilitado de sair» (GESCHÉ, p. 46) e, desta forma, se sente responsável (não por ser culpado, mas exactamente por não ser culpado) de combater contra o mal. Conforme afirma Gesché, «uma responsabilidade de salvação toma o lugar de uma responsabilidade de perdição» (GESCHÉ, p. 46). Como também o problema do mal não vem da parte de Deus, o homem pode e deve chamá-l’O para vir ajudar nesse problema. Para Gesché, o Ocidente cristão histórico preocupa-se, em

primeiro lugar, em encontrar o culpado (provavelmente o nosso sistema judiciário e a nossa sistemática moral levaram e levam a isso). Ora, o Evangelho mostra um interesse maior pela vítima do que pelo culpado. Basta notar na parábola do Bom Samaritano: a preocupação maior é com o inocente que sofreu um mal imerecido. Essa é a prioridade evangélica (cf. GESCHÉ, p. 49-50). Em relação ao culpado, é preciso ter em conta «que o mais importante é derrotar o mal e salvar[...] [...] E se for necessário julgar, isto é, condenar, façamo-lo, já que é preciso, mas sempre tendo em vista salvar, nunca por outras razões» (GESCHÉ, p. 50-51). Conforme referimos anteriormente, o homem entra no mal, por consentimento. O que significa que também há culpa humana, mas esta só entra num segundo nível, posterior ao primeiro (da culpa demoníaca), e de uma forma mais fraca (pois o único mau é o “demónio”). Daí que o pecado – o mal que o homem comete – é adesão do homem a algo que lhe vem de fora. E esta é a única culpabilidade do homem. Mas porque razão o homem adere a esse mal? Porque ele é frágil, vulnerável e livre para optar, aderindo, de livre vontade, à tentação, à sedução, que lhe vem de fora. Daí que o culpado também seja uma vítima (cf. GESCHÉ, p. 51-52.54-55): «vítima de solicitações, de heranças, do peso de condicionamentos sociais e psíquicos que devem ser levados em conta e dos quais é preciso procurar libertá-lo» (GESCHÉ, p. 55). Por isso, o mal não tem redenção (cf. GESCHÉ, p. 49), mas o pecado, que é consentimento, tem.

Em relação à terceira pergunta (que, para Gesché, é a sua segunda) – “como se compõe a trama do mal?” – Gesché afirma que «o problema do mal não deve ser abordado primeira e unicamente como um problema moral [...] mas como um problema de destino e objectivo» (GESCHÉ, p. 58). De facto, «o mal tem esse carácter metafísico (e não simplesmente moral ou estético) de atingir o destino: ele des-orienta o homem nada menos do que de sua finalidade» (GESCHÉ, p. 49). Afirma Gesché que a moralização do problema do mal teve os seus aspectos positivos (como, por exemplo, o desfatalizar e dessubstanciar o mal), mas também teve aspectos negativos, nomeadamente o moralismo de culpabilidade (onde a culpabilidade ocupa todo o campo do mal, esquecendo-se que também há o mal de calamidade), o moralismo de culpabilização (onde a culpabilização é excessiva, intoxicando a consciência e acabando por fatalizar e envenenar mais ainda a existência humana, sentindo-se o homem impotente face ao mal) e o moralismo de justificação (onde todo o mal tem uma justificação, mesmo o mal-desgraça, o mal-imerecido, não correspondendo à verdade). Para Gesché, a solução está em integrar o mistério do mal na teologia dogmática, uma vez que a re-dogmatização do problema do mal permite regressar a uma antiga discussão em torno de uma figura que é indispensável para se pensar o mal: a figura do “demónio” (cf. GESCHÉ, p. 41-42.58-60.62-63.65). De facto, só esta figura «permite significar o intransponível: aquilo-que-não-é-Deus e aquilo-que-não-é-o-homem» (GESCHÉ, p. 66) e que é a maldade fundamental. Contudo, «o recurso ao

demoníaco não deve servir de nenhuma maneira para nos dispensar de lutar contra o mal concreto e suas reais disposições» (GESCHÉ, p. 67).

Em relação à segunda pergunta (que, para Gesché, é a sua terceira) – “como se pode vencer o mal?” – Gesché afirma que sendo o mal uma loucura, só outra loucura pode ir ao encontro dele; e se o mal é excesso, só outro excesso pode ir contra ele (cf. GESCHÉ, p. 76-77). Ora, sendo Deus «superabundância, loucura, gratuidade, prioridade, profusão, saída de si, graça desmedida, perdão» (GESCHÉ, p. 77), só Ele pode fazer frente ao mal. De facto, sendo Deus Absoluto e completamente inocente (porque desligado de toda a cumplicidade), pode vencer o mal (cf. GESCHÉ, p. 77-79). A este propósito, refere Gesché:

Talvez seja esse um dos sentidos profundos, ao lado de outros, [...] do dogma de Cristo sem pecado. [...] É por não ter nenhuma parte com o mal que Cristo pode assim, *Agnus Dei*, su-portar e tirar esse peso do mundo. [...] O homem não é capaz de carregar esse peso (GESCHÉ, p. 79).

Assim sendo, quem afirma que o mal constitui uma objecção contra Deus está equivocado, porque é Deus quem constitui uma objecção contra o mal. E se Ele não existisse, seria precisamente por causa do mal que Ele teria de ser “inventado”, porque só diante desse irracional – que é o mal – se “imagina” um Deus para o aniquilar. Ou, melhor dizendo, se invoca, se clama, se deseja, se descobre um Deus que salva o homem dessa irracionalidade (cf. GESCHÉ, p. 79).

Também quem afirma que o mal é apenas uma questão moral ou apenas uma simples tomada de consciência está equivocado, porque:

«Se o mal é apenas uma questão moral, o estoicismo e as proezas da virtude lhe bastariam. [...] E caso se tratasse apenas de simples tomada de consciência, então Cristo teria se equivocado ao dizer que seus carrascos não sabiam o que estavam fazendo. [...] Não, o mal é de outra natureza [...]. Ele requer uma salvação» (GESCHÉ, p. 78).

Contudo, isto não significa que a nós, seres humanos, não nos resta mais nada a fazer do que recorrer a alguma mediação e esperar, de Deus, a salvação. Na verdade, temos algo a fazer nessa luta contra o mal. Mas antes de falarmos na luta contra o mal, em termos morais, é necessário afirmar, pela teologia dogmática, que a primeira luta travada contra o mal

foi assumida por Deus (cf. GESCHÉ, p. 80-81), visto que o «Senhor passou primeiro e assumiu a sua parte [...]: cf. Mt 26,32 e 28,7[;] [...] Mc 6,50[;] [...] Jo 16,33; Ap 17,14» (GESCHÉ, p. 80).

Se a teologia falasse, em primeiro lugar, de justiça ou coragem, ela colocar-nos-ia em erro, pois pareceria que a ética bastaria contra o mal. Mas não basta, conforme já referimos anteriormente (cf. GESCHÉ, p. 81). Além disso, «é a salvação que mediatiza em virtudes práticas, e não as virtudes que, como tais, amadurecem em salvação» (GESCHÉ, p. 82). Por outras palavras, «para a salvação (de Deus) se fazem necessárias mediações (humanas)» (GESCHÉ, p. 82). Mas quais? Gesché, afirmando que há muitas, destaca duas atitudes: a justiça e a caridade. Contudo, é «necessário aprender a praticar a caridade com a justiça e a justiça com a caridade» (GESCHÉ, p. 91), não sendo conveniente que uma esteja sem a outra. De facto, a justiça sem caridade facilmente se torna acusadora, denunciadora, animada pela vingança ou pelo ressentimento, transformando-se, facilmente, em justiceira, em destruidora (cf. GESCHÉ, p. 82.84-85). A este propósito, afirma Gesché:

Buscar unicamente a justiça é correr o enorme risco de restringir o campo da salvação. [...] A justiça é uma virtude moral[,] [...] é lógica e não tem a dimensão teológica que é a única que pode chegar à dimensão daquilo que aqui está em causa. [...] Ela [...] não é essa paixão, essa "urgência", essa "erótica", essa patética, que são as únicas a poder dar conta das proporções de uma salvação (GESCHÉ, p. 86).

Daí que o amor seja a mediação da salvação por excelência, porque é paixão, excesso e ausência de cálculo, sendo precisamente isso o que é necessário para combater o mal. Além disso, enquanto o mal é destruição, aniquilação e desordem absoluta, o amor é (re)criação (cf. GESCHÉ, p. 87). Daí que, segundo Gesché, «talvez seja necessário o amor mais do que a justiça para que nossa luta [contra o mal] seja vitória e não triunfo. Não é a mesma coisa. Às vezes, em nossa justiça, há um gosto de rigor» (GESCHÉ, p. 88). Contudo, o amor necessita da justiça, porque a justiça está «do lado da resposta às necessidades – e que, evidentemente, devem ser satisfeitas» (GESCHÉ, p. 89), como, por exemplo, as reformas e as mudanças estruturais que permitem mudar diversas situações sociais que, sem a justiça e só com a caridade, não se alterariam (cf. GESCHÉ, p. 90).

3. Comparação do contributo de Paul Ricoeur com o de Adolphe Gesché

Comecemos por aquilo que ambos afirmam, de forma coincidente ou, pelo menos, similar:

- i. Em relação ao sofrimento, é necessária uma alteração qualitativa da queixa contra o sofrimento: há que superar a tese do mal como punição e há que superar também a revolta contra Deus. Contudo, o grito de sofrimento tem de ser feito para Deus. Há que falar com Deus. Ambos consideram que o primeiro gesto a ter contra o mal é exactamente "atirá-lo" para Deus, com queixas e lamentações. Há que gritar a Deus.
- ii. O mal permanece enigmático, mesmo se Gesché o denomina "demónio".
- iii. Ambos desenvolvem o seu raciocínio de maneira muito similar: 1º mito (Ricoeur) e teologia narrativa/Génesis (Gesché); 2º Especulação (Ricoeur) e teologia dogmática (Gesché); 3º Agir e sentir (Ricoeur) e teologia prática (Gesché).
- iv. Ricoeur enaltece a dialéctica "quebrada" de Karl Barth, pelo contributo que teve para a especulação em torno do problema do mal, principalmente porque, a partir dela, começou a pensar-se de maneira diferente das teodiceias clássicas. Ora, se compararmos o que Karl Barth afirma com o que Gesché afirma, em relação ao mal, verifica-se que Gesché retoma as mesmas ideias daquele, exceptuando as ideias criticadas por Ricoeur. Como exemplo de uma ideia discordante damos a seguinte: Enquanto Barth considera que o mal é corrupção e destruição, para além de ser privação e deficiência, Gesché considera que ele apenas é destruição e desordem. Também os termos utilizados por ambos nem sempre coincidem: Por exemplo, enquanto Barth fala em "nada", Gesché fala em "demónio". Talvez a semelhança entre ambos resida no facto de ambos seguirem a linha de pensamento de Kant.

Passemos, agora, para o que um diz de uma forma e o outro, de outra forma (por outras palavras, o que cada um pensou de maneira diferente do outro):

- i. Para Ricoeur, o homem tem responsabilidade pelo mal (pelo menos na maior parte do mal que anda no mundo). Para Gesché, o problema do mal não resulta de uma culpabilidade, em primeiro grau, por parte do homem: é ao demónio a quem pertence essa culpa. Contudo, o homem consente no mal, devido à sua liberdade, e, por isso, também há culpa do homem no mal, mas só num segundo nível e de uma forma mais fraca.
- ii. Para Ricoeur, a perspectiva ética do mal é muito importante, havendo que responsabilizar e culpabilizar o homem pela maior parte do sofrimento (mesmo o injusto) que há no mundo. Para Ricoeur, se a violência do homem sobre o homem diminuir, muito do mal (senão mesmo todo) irá diminuir. Para Gesché, quando enfatizamos muito a

culpabilidade sobrecarregamos muito o homem, ao ponto dele se sentir impotente face ao mal e não agir ou deixar de agir contra ele. Para Gesché, há uma moralização em excesso.

- iii. Para Ricoeur, o mal não deve provocar em nós unicamente uma especulação em torno dele (não se deve só pensar nele), mas também deve levar-nos a agir contra ele e a transformar os sentimentos que ele desencadeia em nós, nomeadamente os de revolta e de queixa. Além disso, primeiro deve-se agir (moralmente) e só depois pensar (especulativamente, dogmaticamente, etc.). Para Gesché, primeiro deve-se pensar (dogmaticamente) e só depois agir (moralmente através das virtudes, principalmente da justiça, e teologicamente através do amor, onde as duas virtudes devem andar de “braços dados”).
- iv. Para Ricoeur, é preciso crer em Deus, apesar do mal. Para Gesché, é preciso crer em Deus, principalmente por causa do mal.
- v. Para Ricoeur, deve haver uma resignação ao inelutável da condição humana. Para Gesché, a condição humana não é má. Não é o homem que é mau. Contudo, ele deixa-se levar pela tentação e pela sedução. Mas dá para lutar contra o mal, porque o próprio Deus (em Cristo) lutou e venceu. O ser humano deve também fazer a sua parte, mas não com resignação, mas com esperança, porque a Salvação já foi operada pelo Senhor, que vai sempre à frente do ser humano, nesta batalha contra o mal. Para Gesché, o homem jamais pode baixar os braços e resignar-se.
- vi. Enquanto Ricoeur, em relação ao problema do mal, fala sobre Deus (trata do “Deus em si” – o Deus da filosofia), Gesché, em relação ao mesmo problema, fala a Deus, colocando a questão em Deus, para que, com Deus, o problema seja solucionado (trata do “Deus em si” que se fez “para nós” – o Deus da fé, da teologia).

Passemos, agora, para o que um diz que complementa o que o outro diz (por outras palavras, o que cada um pensou mais do que o outro, ou seja, foi mais além do que o outro disse):

- i. Ricoeur enfatiza a acção como sendo aquela que diminui o mal que há no mundo. No entanto, não desenvolve como deve ser essa acção, referindo apenas a atitude da “não-violência”. Gesché, em contrapartida, indica o modo como o mal pode e deve ser combatido: Pelas virtudes, não só morais, mas também teologais, onde a justiça (virtude moral) e a caridade (virtude teologal) têm, em conjunto, um papel preponderante.
- ii. Enquanto Ricoeur, ao longo de todo o seu texto, demonstra grande preocupação com a vítima (nomeadamente a inocente), Gesché, além de também o fazer, vai mais além, preocupando-se também com o culpado, que, afinal, também é uma vítima (não só do demónio, que o seduz e tenta, mas também das solicitações, das heranças e do

peso de condicionamentos sociais e psíquicos). Para Gesché, o mais importante é derrotar o mal e salvar a pessoa. A condenação, se necessária, serve unicamente para salvar. De notar que Ricoeur chega a tocar, ao de leve, neste assunto, nomeadamente quando afirma que, quando alguém é punido, o mal moral interfere com o mal sofrido. Contudo, Ricoeur não chega a aprofundar este assunto.

- iii. Enquanto Paul Ricoeur sublinha a importância de aliar uma resposta emocional à resposta prática – com a fase da lamentação, a fase da queixa e a fase da tranquilidade (que mais não é do que a resignação de que as coisas são como são, amando-se Deus, por Deus, para o bem e para o mal) – Gesché sublinha, além da fase da lamentação e da fase da queixa, a fase da luta contra o mal (que deve ser sempre acompanhada de oração).
- iv. Enquanto Ricoeur aponta a figura de Job como a figura exemplar para o problema do mal, no esquema “pensar-agir-sentir”, Gesché aponta não só a figura de Job, como também a figura de Jacob e, principalmente, a figura de Jesus.
- v. Paul Ricoeur não deu resposta ao problema do mal, em termos especulativos, tendo, no entanto, apontado uma possível resposta, quando propôs uma simbólica da salvação. Porém, não a desenvolveu. Em contrapartida, Gesché deu resposta ao problema do mal, quando desenvolveu uma teologia salvífica dogmática e prática. Compreende-se que Ricoeur não tenha desenvolvido mais, porque o mal, conforme referem ambos, é mais uma questão teológica do que filosófica. Assim sendo, quem vai tratar do problema será o teólogo (Gesché) e não o filósofo (Ricoeur).
- vi. Ambos falaram da teodiceia, mas quem a rebateu melhor foi Gesché, uma vez que além de a ter desenvolvido muito mais, também elaborou melhores discursos (nomeadamente os discursos “em Deus”, “para Deus” e “com Deus”). Ricoeur não apresentou, em termos especulativos, qualquer alternativa à teodiceia, tendo unicamente apresentando os autores que, posteriormente a ela, apresentaram outros tipos de discurso.

Conclusão

Com a ajuda de Paul Ricoeur e de Adolphe Gesché (com ambos ou só com um deles) conseguimos, agora, responder às questões colocadas na Introdução.

a) O que é o mal?

- a1) Para Ricoeur, o mal é um enigma e, por isso, ele é um desafio e uma provocação a pensar sempre mais e de modo diferente.

Apesar de haver vários tipos de mal – moral, sofrido, metafísico, radical, etc. – todos eles formam um único mistério de iniquidade.

α2) Para Gesché, o mal é um escândalo (tanto para o coração, como para a razão), sendo aquilo que mais nos revolta neste mundo. O mal é irracional, sendo injustificável em todos os sentidos.

β) Porque existe o mal?

β1) Para Ricoeur, porque o homem inflige sofrimento (merecido, quando punitivo, ou imerecido, quando injusto) no outro homem e isso é um mal. Mas há um mal que ultrapassa isso: um mal que já está aí e que não se sabe bem porque existe. Uns autores dizem que existe para fazer harmonia com o bem; outros que é somente privação e ausência de bem; outros que existe como castigo pelas faltas cometidas (teoria da retribuição); outros, porque sendo uma substância/divindade, existe; outros, porque não sendo substância, não existe (é um nada), mas ameaça a existência; outros, porque é necessário que alguma coisa morra, para que alguma coisa maior cresça.

β2) Para Gesché, como o mal é irracional e injustificável em todos os sentidos, ele não pode ser justificado. Segundo o Livro do Génesis, ele surgiu de surpresa, não tendo sido previsto, nem criado e, por isso, não pertenceu ao plano da criação. O mal surgiu de um acidente, de uma desgraça.

γ) De onde vem o mal?

γ1) Fora os mitos e as doutrinas dualistas, ninguém (incluindo Ricoeur) sabe de onde vem o mal: é um enigma.

γ2) Para Gesché, o mal vem de um desconhecido, denominado "demoníaco", sendo o único responsável/culpado pelo aparecimento do mal, na terra. O mal que o homem comete é adesão a algo que lhe vem de fora. E ele adere porque é frágil, vulnerável, porque é livre para optar. Mas, para Gesché, mais importante do que perguntar "de onde vem o mal?" é perguntar "de onde vem a salvação?".

δ) Porque é que os inocentes sofrem o mal injusto?

δ1) Para Ricoeur, a maior parte do sofrimento injusto vem do próprio homem (vem do mal moral), que exerce violência contra o outro homem. Contudo, há calamidades (desastres naturais), doenças, aflições, mortes, etc. que não foram cometidas por mão humana. Para estes casos, Ricoeur ainda não encontrou resposta. De facto, para ele, o problema do mal sofrido imerecidamente permanece sem solução.

δ2) Para Gesché, como o mal é irracional, ele não entra, nem pode entrar em algum discurso de justificação, de explicação, de compreensão.

ε) Há quem, olhando para este último caso – o sofrimento dos inocentes – aponte o dedo a Deus, acusando-O, por Ele não evitar tal mal, já que é Omnipotente e Bondoso.

ε1) Ricoeur só diz que, antes de acusarem Deus, actuem, de forma ética e política. Além disso, pede para que olhem para o exemplo de Job e o sigam, ao ponto de amarem a Deus, para o bem e para o mal, e não porque esperam receber algo em troca.

ε2) Para Gesché, quem faz essa acusação está a gritar perante o escândalo do mal, podendo, facilmente, cair em blasfémia. Contudo, esta, muitas vezes, é mais uma revolta contra o mal do que contra Deus. Quem assim grita mostra que, por detrás dessa acusação, está a ideia de um Deus que só pode ser bom. O que ele ainda não descobriu é que a questão do mal não é só do homem, mas também de Deus e que Deus, entristecido diante do mal, toma partido das vítimas, tornando-se “vítima” com elas, colocando o seu poder nesse serviço e a esse serviço. Deus nunca deixou, nem deixa o homem sozinho perante o mal.

ζ) Há também quem, olhando para este último caso, questione mesmo a Omnipotência e a Bondade de Deus, por não ver nelas qualquer conciliação com a existência do mal, principalmente do mal injusto. Será que Deus, devido à maldade existente, não pode ser Omnipotente e Bondoso?

ζ1) Quer Ricoeur, quer Gesché concordam que não só Deus pode ser Omnipotente e Bondoso, como, na verdade, Ele é.

ζ2) Segundo Gesché, a questão está mal formulada, porque Deus não vem depois das nossas definições. E, por isso, é preciso deixar que o próprio Deus responda e reaja, diante da objecção do mal e não andar a perguntar aos homens sobre Deus, em relação a essa questão. Há que colocar a questão em Deus, dirigindo-se a Deus e respondendo com Deus, porque o problema do mal além de ter repercussão em Deus, encontra aí um adversário à altura. De facto, como o mal é um absoluto irracional, só Outro absoluto o pode combater: Deus, que sendo Omnipotente e Bondoso, é suficientemente grande para o derrotar. Segundo Gesché, se Deus não existisse, teria de ser “inventado” só por causa do problema do mal, pois só Ele o pode solucionar.

η) Outros acusam Deus de ser o autor de todo o mal.

η1) Não passa pela cabeça de Ricoeur tal coisa, pois, para ele, Deus é bondoso.

η2) Segundo Gesché, jamais, porque o mal encontra-se fora do plano da criação. Deus não projectou, nem criou o mal. Além disso, se Deus fosse o autor do mal, Deus teria de ser mau. Mas isso nem os crentes, nem os não crentes acreditam. De facto, os não crentes, ao imaginarem que o mal só pode existir porque Deus é mau,

negam logo a sua existência, significando que preferem negar a existência de Deus a admitir que Deus é mau. Por outras palavras, para os não crentes, existindo Deus, ele teria de ser bom

θ) O mal é um facto, mas também é um problema, na medida em que deve ser pensado. Mas será que o mal tem solução?

θ1) Para Ricoeur, em termos especulativos, não há solução. Contudo, há que continuar a pensar no mal, porque mesmo as respostas fracassadas do passado contribuíram para um refinamento e enriquecimento do pensamento e no pensar o mal. Mas há solução em termos ético-políticos e emocionais: pode-se agir para diminuir o mal no mundo e pode-se transformar as queixas em sentimentos tranquilos, onde a confiança e a fé em Deus nada têm a ver com a presença do mal no mundo.

θ2) Para Gesché, há solução para o mal: lutar contra ele e orar, nomeadamente colocando a questão em Deus e falar a Deus sobre ela.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que Adolphe Gesché pensou mais e de maneira diferente de Paul Ricoeur, mesmo se, em alguns pontos, eles chegaram a coincidir ou a estar próximos um do outro. Gesché responde às grandes interrogações da humanidade, a respeito do mal, tal como podemos constatar nesta conclusão: a maior parte das questões colocadas na Introdução são respondidas por Gesché e não por Ricoeur.

Bibliografia

RICOEUR, Paul – *O mal: um desafio à Filosofia e à Teologia*. Tradução de Maria da Piedade de Almeida. São Paulo: Papirus, 1988.

GESCHÉ, Adolphe – *O mal*. Tradução de Euclides Balancin. São Paulo: Paulinas, 2003. Deus para pensar; 1.